

31 JAN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Regalias judiciárias

Pagamento de benefícios nos tribunais salta 30% em um ano; STF precisa tomar uma decisão definitiva sobre auxílio-moradia a juízes

Há poucas dúvidas de que o Judiciário brasileiro esteja entre os mais caros do mundo. Conforme as cifras oficiais mais atualizadas, as cortes federais e estaduais custaram R\$ 79,2 bilhões aos contribuintes em 2015, o equivalente a 1,3% da renda do país. As estatísticas internacionais raramente reportam proporções acima de 0,5%.

O percentual extravagante decorre em grande parte das benesses de que magistrados e servidores desse Poder desfrutam, incompatíveis com o patamar de desenvolvimento econômico nacional —nem se mencione a conjuntura de depauperação dos orçamentos públicos.

Tal contexto deveria ser mais que suficiente para desaconselhar a expansão das despesas com pessoal nos tribunais. Ainda pior é que os juízes se valham de subterfúgios pouco transparentes para elevar os vencimentos das corporações.

Conforme noticiou esta **Folha**, o pagamento de benefícios extrassalariais —que incluem penduricalhos tão diversos quanto auxílio-moradia, auxílio-educação, diárias e passagens aéreas— elevou-se em espantosos 30% no Judiciário de 2014 para 2015, em pleno agravamento da crise que ainda assola o país.

Nada menos que R\$ 7,2 bilhões em um ano foram destinados a re-

galias do gênero, mais do que foi investido, por exemplo, nas rodovias federais. Parcela considerável desse dispêndio, ademais, escapa ao teto remuneratório do serviço público, de R\$ 33,8 mil mensais.

Bastará notar que, de acordo com levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a despesa média com cada magistrado atingiu R\$ 46,2 mil por mês. Ridiculariza-se, assim, um instrumento que deveria pôr freio às demandas de uma categoria já privilegiada.

Maus exemplos começam pela cúpula. Um caso especialmente escandaloso é o do auxílio-moradia de quase R\$ 4.400 mensais concedido em 2014 a todos os magistrados por meio de decisão provisória do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

Recorde-se que, por ironia, a medida surgiu de um propósito moralizador: ao mesmo tempo em que estabeleceu-se um limite para vetar valores ainda mais abusivos, o auxílio —cuja concessão nem mesmo leva em conta o local de trabalho do beneficiário— acabou sendo autorizado em Estados onde inexistia.

De imediato, o mínimo que se exige da mais alta corte brasileira é o exame às claras, de maneira definitiva, de tema que já se encontra pendente há mais de dois anos. Idealmente, o Judiciário deveria se impor a tarefa mais ampla de se ajustar à realidade nacional.

Será melhor fazê-lo por iniciativa própria do que forçado pelas pressões da opinião pública e da escassez orçamentária.

31 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Cotado ao STF, Ives Filho defende flexibilização de regras trabalhistas

Colegas o descrevem como um magistrado culto,  
discreto e com sólida formação jurídica



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e cotado ao STF, Ives Gandra Martins Filho

## RAIO-X

### Nome

Ives Gandra da Silva  
Martins Filho

### Idade

57 anos

### Formação

Direito pela USP (1981),  
mestre pela UnB (1991) e  
doutor pela UFRGS (2014)

### Cargo atual

Presidente do Tribunal  
Superior do Trabalho

### Origem

Ministério Público do Trabalho

CONTINUA

### Reações à visão ultraconservadora sobre questões morais podem dificultar sua indicação

FREDERICO VASCONCELOS  
DE SÃO PAULO

Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, é um magistrado culto, discreto, com sólida formação jurídica e reconhecida dedicação ao trabalho. Esse é o perfil traçado no Judiciário pelos que o veem como candidato de estilo semelhante ao de Teori Zavaski, a quem pretende suceder no Supremo Tribunal Federal.

Como membro do TST, era um dos poucos que mantinham o gabinete em dia, apesar do grande volume de processos. Como presidente, resiste a fortes pressões dentro e fora do tribunal.

Ives Filho está identificado com as prioridades do governo Michel Temer. Há anos desenvolve atividades acadêmicas com o ministro Gilmar Mendes, um dos defensores de sua nomeação.

Sua proposta de enxugar a Justiça do Trabalho e inibir o "paternalismo" da legislação trabalhista tem apoio do empresariado, interessado na redução dos encargos. Mas enfrenta forte oposição da maioria dos ministros do TST, de juizes trabalhistas de primeiro grau e de dirigentes sindicais.

"Sua relação recente com a magistratura tem sido pontuada por restrições de direitos", diz Germano Siqueira, presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho).

O que pode dificultar sua indicação são as reações à visão ultraconservadora sobre

questões morais, exposta em reportagem da **Folha**. Em artigo de 2012, ele defendeu que a mulher seja submissa ao marido e classificou a relação homossexual como antinatural.

No mesmo artigo, no entanto, escreveu: "Indivíduos de orientação heterossexual e homossexual possuem a mesma dignidade perante a lei, e as pessoas homossexuais devem, sem sombra de dúvida, ser respeitadas nas suas opções. Além disso, das uniões homoafetivas derivam direitos que devem ser tutelados pelo Estado, conforme antes mesmo da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal já vinha ocorrendo, mormente em questões patrimoniais".

Ele diz não ter "postura homofóbica, nem machista". Alega que foram descontextualizados quatro parágrafos de obra jurídica de sua lavra.

Assim como o pai, o jurista Ives Gandra Martins, amigo de Temer há 40 anos, Ives Filho é vinculado à Opus Dei. O perfil conservador não influenciou negativamente sua atuação no Conselho Nacional de Justiça (2009-2011), segundo testemunham três ex-conselheiros. "Ives Filho é religioso, celibatário, acredita em Deus, mas isso não tem nada a ver com a profissão", diz Eliana Calmon, ex-corregedora nacional de Justiça.

A assessoria de Ives Filho diz que ele "defende o Estado laico e os direitos fundamentais de todos os cidadãos".

"A Anamatra não gosta dele porque ele não é sindicalista", diz Eliana. "É a favor da revisão de toda essa estrutura getulista da Justiça do Trabalho. Ele não é corporativista, não é amigo de ninguém, é institucional", diz a ministra aposentada do STJ.

Ives Filho foi o único conselheiro que não assinou uma moção contra Eliana, iniciativa do então presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, diante de críticas da ministra a casos de corrupção no Judiciário.

No TST, ele tem sido rigoroso na aplicação de multas em processos protelatórios. Foi contra o pagamento de auxílio-moradia aos juizes.

Ives Filho preside um tribunal dividido em duas alas. Uma acredita que a proteção ao trabalhador deve ser maior em épocas de crise. A outra, minoritária e da qual faz parte, entende que a flexibilização das regras ajuda mais a proteger os empregos.

Ele diz que um país que elegeu um ex-sindicalista presidente da República não pode considerar imaturos os sindicatos e desprezar a autonomia de patrões e trabalhadores para negociar.

31 JAN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Novo relator decidirá sobre sigilo de delação da Odebrecht

Nome deve ser escolhido entre os integrantes da 2ª Turma do tribunal

**Presidente do STF, Cármen Lúcia homologou os depoimentos nesta segunda-feira**

LETÍCIA CASADO  
VALDO CRUZ  
DE BRASÍLIA

Após a confirmação da homologação da delação da Odebrecht pela presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), a ministra Cármen Lúcia agora pretende fazer um sorteio entre os integrantes da 2ª Turma do tribunal para definir quem assumirá a relatoria da investigação.

A este relator caberá retirar ou não o sigilo dos depoimentos dos 77 executivos e ex-executivos da empreiteira que fecharam acordo de colaboração. A eventual retirada do sigilo gera apreensão no Planalto e Congresso Nacional pelo teor considerado explosivo diante da citação de vários políticos.

Fazem parte da 2ª Turma os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

Segundo assessores, a presidente do STF decidiu homologar nesta segunda (30) as delações para evitar atrasos na Lava Jato e sinalizar que a

operação não sofrerá prejuízos com a morte de Teori Zavascki, que era o relator dos processos.

Ela optou, porém, em não retirar o sigilo e deixar, a princípio, esta decisão para o futuro relator, que pode ser escolhido já na quarta-feira (1).

Seu objetivo foi afastar críticas de que estaria atuando politicamente se levantasse o sigilo, o que tumultuaria o ambiente político em Brasília na véspera da eleição dos novos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados.

Cármen Lúcia tem conversado com os outros nove ministros da Corte sobre a possibilidade de o ministro Edson Fachin mudar da Primeira para a Segunda Turma do STF e completar o grupo que analisa os casos da Lava Jato.

Último a entrar no STF, Fachin poderia migrar caso os outros quatro ministros mais antigos — Marco Aurélio Mello, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber — não queiram mudar de turma.

Assim, Fachin deveria apresentar um ofício à presidente do STF formalizando o pedido e então poderia participar do sorteio para ser o novo relator da Lava Jato.

Se Fachin for para a Segunda Turma, ele levará seus processos. O ministro que for sorteado vai assumir apenas os casos de Teori relacionados à Lava Jato — e não os outras quase 7.500 ações dele, que serão destinadas ao novo ministro do STF, a ser indicado pelo presidente Michel Temer.

Outra hipótese é o sorteio ser feito apenas entre os atuais quatro integrantes da Segunda Turma, o que excluiria Fachin mesmo se ele for transferido.

Outra possibilidade em estudo, mas com menos chances de ser adotada, é sortear a relatoria entre os nove ministros do Supremo. A presidente não participa.

A decisão sobre o formato da escolha deve ser tomada em uma reunião administrativa entre a presidente e os demais colegas do tribunal na manhã de quarta. Caso não haja um consenso sobre o formato, a escolha pode ficar para o dia seguinte.

**CONTINUA**

31 JAN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Nesta segunda-feira (30), depois de ter homologado as delações da Odebrecht, Cármen Lúcia se reuniu com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para tratar dos próximos passos do processo. Janot já recebeu os termos da homologação da empreiteira e, a partir agora, pode usar o material das delações feitas por executivos e ex-executivos da Odebrecht nas investigações da Lava Jato.

A PGR vai analisar conteúdo das delações para decidir o que deve ser investigado. Não há prazo para a análise ser concluída. Ele pode oferecer denúncia imediata, pedir abertura de inquérito e definir o que será investigado pela Procuradoria, no caso de autoridades com foro privilegiado, e transferir o restante para outras instâncias.

Os pedidos de Janot devem ser feitos ao novo relator da Lava Jato no STF, que precisa autorizar qualquer movimento no processo.

Em alguns casos, se considerar que não há motivos para investigar, a Procuradoria pode pedir o arquivamento de informações prestadas e reveladas pelos delatores.

O conteúdo das delações ainda está em sigilo. Pode ser levantado quando a denúncia for oferecida, um depoimento for incluído em investigação que corre sem sigredo de Justiça ou se o Ministério Público pedir a publicidade. Os advogados de defesa dos delatores também podem pedir ao STF para retirar o sigilo do que foi declarado, mas quem decide é o relator no STF.

CONTINUA

31 JAN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### A ATUAÇÃO DOS MINISTROS DO SUPREMO NA LAVA JATO

Juizes da Segunda Turma analisam casos da operação

#### CELSO DE MELLO, 71

➤ Decano do STF, foi nomeado ministro em 1989 pelo então presidente José Sarney.

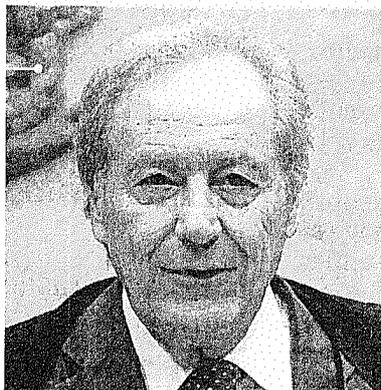
➤ Em casos de destaque da Lava Jato, como a abertura de ação penal contra Cunha e o pedido de habeas corpus para soltar o empreiteiro Marcelo Odebrecht, seguiu o voto do relator, Teori Zavascki, desfavorável aos acusados



#### RICARDO LEWANDOWSKI, 68

➤ Nomeado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presidiu o Supremo de 2014 a 2016

➤ Em casos da Lava Jato como a abertura de ação penal contra Eduardo Cunha e o pedido de habeas de Marcelo Odebrecht, seguiu o voto de Teori Zavascki



#### GILMAR MENDES, 61

➤ Foi nomeado ministro por Fernando Henrique Cardoso, em 2002

➤ Votou pela abertura de ação contra Cunha, mas foi a favor de pedido da defesa da mulher e filha dele para que a apuração sobre elas ficasse no STF —foi voto vencido. Votou pela soltura de Marcelo Odebrecht, sendo derrotado



#### O CAMINHO DA DELAÇÃO DA ODEBRECHT

##### OS ÚLTIMOS PASSOS

➤ A delação da Odebrecht foi homologada pela presidente do STF, Cármen Lúcia

➤ STF enviou os documentos à Procuradoria-Geral da República

##### O QUE VAI ACONTECER AGORA

➤ PGR vai analisar o conteúdo das delações para decidir o que deve ser investigado. Não há prazo para a análise ser concluída

➤ Com base nas informações da Odebrecht, procuradores podem pedir para abrir inquéritos ou incluir informações em investigações em andamento

➤ Os pedidos devem ser feitos ao ministro relator da Lava Jato no STF, que deve ser definido nesta semana. Ele precisa autorizar qualquer movimento no processo

CONTINUA

31 JAN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### **DIAS TOFFOLI, 49**

➤ Nomeado para o Supremo em 2009, por Lula

➤ Assim como Gilmar Mendes, votou contra Cunha, mas acolheu pedido da defesa da mulher e de uma filha do ex-deputado para que a investigação contra elas ficasse no Supremo. Também votou pela soltura de Marcelo Odebrecht, sendo derrotado

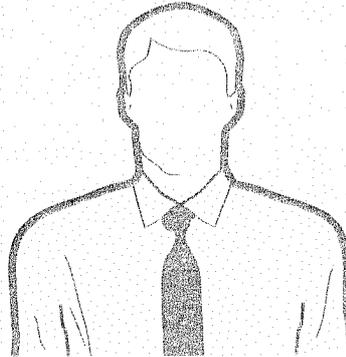


➤ PGR pode pedir para arquivar fatos se considerar que não valem a pena ser investigados

➤ PGR pode pedir para remeter a instâncias inferiores o que não envolver pessoas com prerrogativa de foro no STF (deputados federais, senadores ou ministros)

### **INDEFINIDO**

➤ O substituto de Teori Zavascki na turma ainda não está decidido. Há duas possibilidades: o novo ministro, a ser indicado por Michel Temer, assume a vaga na Segunda Turma ao tomar posse ou um dos integrantes da Primeira Turma é remanejado para a vaga



### **O SIGILO**

➤ O conteúdo das delações permanece sob sigilo. Pode ser levantado quando a denúncia for oferecida, quando um depoimento for incluído em investigação que corre sem segredo de Justiça ou se o Ministério Público Federal pedir a publicidade das informações

## **TEMER ELOGIA DÉCISÃO DE MINISTRA**

O presidente Michel Temer afirmou nesta segunda que a ministra Cármen Lúcia acertou ao homologar as delações de executivos da Odebrecht. "A ministra já tinha pré-anunciado que muito possivelmente hoje ou amanhã faria a homologação. Fez o que deveria fazer e, nesse sentido, fez corretamente", disse o peemedebista, em visita a Pernambuco.

Ele não fez comentários a respeito da indicação de um ministro para a vaga de Teori Zavascki no Supremo.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

IGOR GIELOW

31 JAN 2017

ANÁLISE

## Para bem e para mal, ministra se fixa no palco político com decisão incisiva

Além de asseverar ao público a continuação da Lava Jato no ritmo conhecido, a homologação das delações da Odebrecht deixou claro que Cármen Lúcia está decidida a ocupar o espaço que a presidência do Supremo lhe concede no jogo da política.

A partida está mais para truco do que para pôquer. Como se sabe, o presidente Michel Temer (PMDB) “trucou” Cármen ao dizer que só indicaria um substituto para o relator da Lava Jato, Teori Zavascki, após o Supremo definir quem iria ocupar o papel do ministro morto.

Se Temer fizesse a indicação expressa, como os seus enrolados auxiliares palacianos gostariam, o regimento do Supremo garantiria ao novo ministro herdar os trabalhos de Teori. O presidente driblou a armadilha da inevitável acusação de interferência na Lava Jato.

Mas a presidente do STF não esperou pela definição do novo relator para tratar do nevrálgico e midiático ponto da delação da Odebrecht. O rito mais lento era esperado pelo Planalto e pelo Congresso, ambos cientes do teor explosivo das revelações.

Chamou para si a responsabilidade da homologação, vista como vital para a ampliação e aprofundamento da operação anticorrupção.

Assim, a procrastinação burocrática natural da troca de relator não afetou este ponto específico do processo. Quem assumir a tarefa terá de inteirar-se dos autos, mas o fato é que uma equipe ampla de juízes auxiliares

tem o “software” que processa a lógica da operação, assegurando ritmo de jogo que agora está nas mãos do nem sempre célere procurador-geral da República.

Cármen tirou o bode de sua sala, assumindo a eventual crítica de açodamento. Com temia o Planalto, a ministra ganhou a rodada. Como no truco, ao ser “trucada”, gritou “seis!” para o desafiante.

Ao mesmo tempo, para bem e para mal ela tem demonstrado a proverbial prudência mineira, como no episódio em que aceitou a desobediência legal do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), contemporiando sua permanência no cargo contra ordem do próprio STF. Avalizou o polêmico acordo da dívida do Rio.

E, agora, desconsiderou a ideia inicial de Teori de levantar todos os sigilos das delações automaticamente. Assim, os personagens envolvidos ganham mais algum tempo para preparar suas explicações, pelo menos até os novos e inevitáveis vazamentos dos conteúdos.

Cármen pode não ser candidata a nada, mas coloca-se no tabuleiro político sem reservas. Como Joaquim Barbosa antes dela, resta saber se há alcance prático além do ganho de imagem nisso.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## O novo normal

**SÃO PAULO** - Considero positiva a decisão da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, de, na qualidade de plantonista do Supremo, homologar as delações premiadas da Odebrecht. Como eu já havia defendido aqui, a medida tem o mérito de sinalizar que a Lava Jato foi institucionalizada, não dependendo só da vontade individual deste ou daquele juiz para avançar.

É pena que a ministra não tenha determinado também o fim do sigilo sobre as acusações que ex-diretores da empreiteira fazem a políticos. Pode-se até ver virtude no gesto de Cármen Lúcia. Ela, afinal, resistiu à tentação de, liberando tudo, converter-se na nova paladina da justiça e musa da Lava Jato. Heróis e ídolos são tudo o que não precisamos no momento. Para que se possa afirmar que a operação de fato trouxe ganhos institucionais, é necessário que ela dispense todo tipo de voluntarismo e se converta no novo normal do país, desmentindo a noção de que poderosos não respondem por crimes que tenham cometido.

Não tendo sido Cármen Lúcia a levantar o segredo, é importante que o próximo relator do caso o faça logo que assumir a incumbência. O fim do sigilo não apenas acabaria com os vazamentos seletivos — uma mácula na atuação da Justiça — como daria início ao tão necessário processo de reconhecimento de perdas pelo qual a política brasileira precisa passar.

Compreende-se que boa parte das cúpulas partidárias e, especialmente, o governo estejam receosos de ver a materialização daquilo que chamam de “fim do mundo”. Mas atrasar a chegada do inevitável não é apenas inútil. É contraproducente.

Enquanto não ficar mais ou menos claro quais caciques sobreviverão à Lava Jato e quais se inviabilizarão, será muito difícil superar a crise política. Não dá para saber nem quem terá condições de lançar-se candidato a presidente em 2018. E, sem essa e outras definições, a política simplesmente não anda.

31 JAN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## O apocalipse ficou para depois

**BRASÍLIA** - A ministra Cármen Lúcia evitou o pior ao homologar as delações da Odebrecht. Desde a morte de Teori Zavascki, o acordo da empreiteira com o Ministério Público Federal corria sério risco. A depender do novo relator do caso, os depoimentos que incriminam políticos com mandato poderiam acabar no fundo de uma gaveta.

A presidente do Supremo frustrou a operação-abafa, mas não quis dar o passo seguinte. Mineiramente, ela evitou contrariar mais interesses e manteve a papelada em sigilo. A decisão foi recebida com alívio pelos investigados, que temiam a divulgação imediata das 77 delações.

A opção de Cármen deu uma sobrevivência aos políticos na mira da Lava Jato. Alguns deles aproveitarão para acumular poder. É o caso de Rodrigo Maia, o "Botafogo", e Eunício Oliveira, o "Índio". Mesmo citados na lista da Odebrecht, os dois são favoritos para vencer as eleições que escolherão, nesta semana, os novos presidentes da Câmara e do Senado.

O governo também ganhou tempo para tocar suas reformas no Congresso. Com vários ministros na berlinda, Michel Temer continuará a empurrar a crise com a barriga. Isso ajuda a explicar por que ele parecia aliviado ao dizer, em Pernambuco, que a presidente do Supremo "fez o que deveria fazer".

Há motivos razoáveis para se defender a manutenção do sigilo sobre as delações. A divulgação do material pode atrapalhar parte do trabalho da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República. Além disso, a liberação de uma lista com mais de uma centena de investigados poderia diluir o impacto das acusações sobre cada um deles.

Por outro lado, o segredo alimenta as esperanças de quem ainda sonha em melar a Lava Jato. Se o apocalipse é inevitável, seria melhor que ele chegasse logo. Se a investigação demorar demais, muita gente pode se safar antes de ir a julgamento. Seria um bom negócio para os políticos, mas não para o eleitor.

31 JAN 2017

31 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO



31 JAN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### OURO

Os emissários de Adriana Ancelmo, mulher de Sergio Cabral, que procuraram advogados para orientá-la numa eventual delação premiada dizem que ela tem um trunfo na manga: o Judiciário, e não apenas do Rio.

### OURO 2

Como advogada e mulher de Cabral, ela acompanhou indicações de magistrados e conheceria o relacionamento de alguns deles com o setor empresarial.

## PAINEL

**Ampulbeta** Um palácio no próximo de Temer diz que, com a expectativa de que o novo relator da Lava Jato seja designado já nos próximos dias, a semana que vem é um “horizonte razoável” para a nomeação do substituto de Teori Zavascki no STF.

**Nas asas** A possibilidade de que Edson Fachin assumira a vaga na segunda turma no Supremo e fique com a relatoria da operação foi assunto da viagem de Temer ao Nordeste. O ministro do STF acabou elogiado no avião que transportava o presidente.

## PAINEL DO LEITOR

### Judiciário

Nenhum dos três Poderes tem tantas regalias e benesses como o Judiciário brasileiro, mesmo sendo inoperante, o mais caro do mundo e sem permitir acesso para as pessoas mais pobres (“Em ano de crise, benefícios ao Judiciário têm alta de 30%”, “Poder”, 30/1).

MARCOS BARBOSA (Casa Branca, SP)

31 JAN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

# Cármem Lúcia homologa delações da Odebrecht e mantém sigilo

**Informações relatadas pelos delatores  
poderão ser usadas pela  
Procuradoria-Geral da República  
para aprofundar as investigações**

*Ao homologar delações, Cármem Lúcia pretende  
passar a mensagem de que, apesar da morte de Teori,  
questões mais urgentes da Lava Jato não serão proteladas*

Letícia Casado e  
Valdo Cruz  
Folhapress

**Brasília** - A ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou na manhã dessa segunda (30) as delações de 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht. A partir de agora, as informações relatadas pelos delatores poderão ser usadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para aprofundar as investigações. Os procuradores poderão, por exemplo, pedir abertura de inquérito ou mandado de busca e apreensão. O sigilo das informações será mantido pelo STF. A lei que baliza a delação premiada determina que as informações fiquem em sigilo até o oferecimento da denúncia.

Cármem Lúcia assumiu a homologação depois da morte do ministro relator da Lava Jato no STF, Teori Zavascki,

em 19 de janeiro em acidente aéreo em Paraty (RJ). Ainda não se sabe quem assumirá a relatoria do processo. Ministros do STF já esperavam que Cármem Lúcia, que se debruçou no final de semana sobre os documentos, os homologasse até esta terça-feira (31), quando acaba o recesso do Judiciário.

Ministros avaliam que Cármem Lúcia tem respaldo regimental para tanto sobretudo depois do pedido de urgência feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em relação ao caso. A solicitação de Janot abriu espaço para que a decisão ser tomada por ela como plantonista no recesso do Judiciário.

A celeridade da ministra incomodou aliados do presidente Michel Temer. Interlocutores do presidente enxergam na "pressa" da ministra mais um sintoma de que ela busca proeminência para se

firmar como líder nacional e, dessa forma, busca criar um fato "político", ampliando a ansiedade sobre o tema.

A presidente do STF pretende passar a mensagem de que, apesar da morte de Teori, questões mais urgentes da Lava Jato não serão proteladas. Seria também, nas palavras de um membro da corte, uma forma de homenagear o ministro que morreu no acidente aéreo. Teori era membro da 2ª Turma do tribunal. Portanto, a tendência inicial era que o novo relator da Lava Jato fosse escolhido entre seus integrantes. Há, porém, uma corrente dentro do Supremo a favor de um sorteio entre todos os nove ministros, excluindo, neste caso, a presidente Cármem Lúcia.

A saída deve ser discutida na quarta (1º), quando os ministros se encontram para uma sessão solene de homenagem ao colega que morreu no dia 19.

**CONTINUA**

31 JAN 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### DELAÇÃO DA ODEBRECHT

A delação premiada da Odebrecht é apontada como a mais importante das investigações da Lava Jato. Foram mencionados até agora nas negociações nomes do governo de Michel Temer, incluindo o próprio presidente, os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin, além de parlamentares, entre eles Renan Calheiros (PMDB-AL), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Romero Jucá (PMDB-RR) - todos negam irregularidades.

Após a homologação da delação, caberá ao novo relator da Lava Jato no STF conduzir, entre outros temas da operação, o caso da Odebrecht. Ele decidirá, por exemplo, sobre eventuais pedidos de abertura de inquéritos contra os citados pela empreiteira.

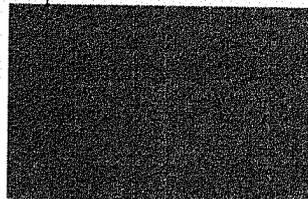
### ALÍVIO NO PLANALTO

O governo Temer preferia que a homologação das delações da Odebrecht ficasse a cargo do novo relator da Lava Jato, mas recebeu com alívio a informação de que o sigilo dos depoimentos não será levantado neste momento. Na avaliação de assessores presidenciais, a decisão da presidente do STF, Cármen Lúcia, não foi a desejada, mas se mostrou equilibrada e não criou espetáculo com o gesto.

A equipe presidencial receia que quando o conteúdo das delações se tornar público, haverá turbulências políticas. As revelações da empreiteira baiana envolvem praticamente todos os partidos políticos e citam vários integrantes do primeiro escalão do governo do peemedebista. Segundo um auxiliar de Temer, o Planalto já esperava que a presidente do Supremo homologasse pelo menos parte das delações, para sinalizar que a Lava Jato não sofrerá atrasos nem correrá riscos depois da morte do seu relator, ministro Teori. O assessor destacou que, apesar do alívio de o sigilo ainda ser mantido, mais cedo ou mais tarde as delações serão divulgadas publicamente.

## A DELAÇÃO EM NÚMEROS

R\$ 500 milhões



é o valor total da multa dos **77 delatores** que pode ser assumido pela empreiteira, segundo envolvidos no acordo

R\$ 6,8 bilhões

é o valor que a empresa já deverá pagar no acordo de leniência aos governos do Brasil, EUA e Suíça



Fonte: Folhapress/Força-tarefa da Lava Jato

Folha Arte

31 JAN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

**LUIZ GERALDO MAZZA**

“

*Ato da ministra Carmen Lúcia é, antes de tudo, homenagem às ações e à linearidade de estilo do relator, sem o qual, como disse Sérgio Moro, a Lava Jato não sobreviveria”*

### **Delações ratificadas**

Para uns, soa como o juízo final; para a maioria, como apenas o juízo. Afinal, a decisão da presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, homologando as delações premiadas da Odebrecht que tanto suspense haviam provocado. Claramente, é uma decisão que atinge o governo, maior interessado em adiamentos, em ganhar tempo, sob a suposta hipótese de com isso dar andamento às reformas e recolocar o País na rota do desenvolvimento, o que se torna um tanto quanto impossível com a atmosfera de suspeita que alcança ministros e até o próprio presidente Michel Temer.

Não é pacífico mesmo na intimidade do Supremo Tribunal Federal, ainda que tal pudesse se dar já com Teori Zavascki, tal o ritmo que vinha imprimindo à relatoria, o entendimento de que se trata da melhor solução, posto que seria incontestado se não houvesse o acidente aéreo e o ministro aí estivesse para sustentar a tese ora adotada. Há quem entenda, inclusive, que o ato da ministra Carmen Lúcia é, antes de tudo, homenagem às ações e à linearidade de estilo do relator, sem o qual, como disse Sérgio Moro, a Lava Jato não sobreviveria.

Isso se dá simultaneamente com a prisão de Eike Batista, o que dá a esse episódio um sentido de filme do agente 007 com tudo o que tem de cosmopolita e de modernidade que soa em sentido contrário à nossa vocação para a opereta bufa, o acerto, a sacanagem. As possíveis vítimas dessa nova etapa do processo não ficarão perplexas, como sabemos, e atuarão em todos os fronts imagináveis, do político ao judicial, para alcançar aquilo que sempre visaram, uma forma, sutil ou escancarada, de “melar” a Lava Jato.

31 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Passando o Brasil a limpo

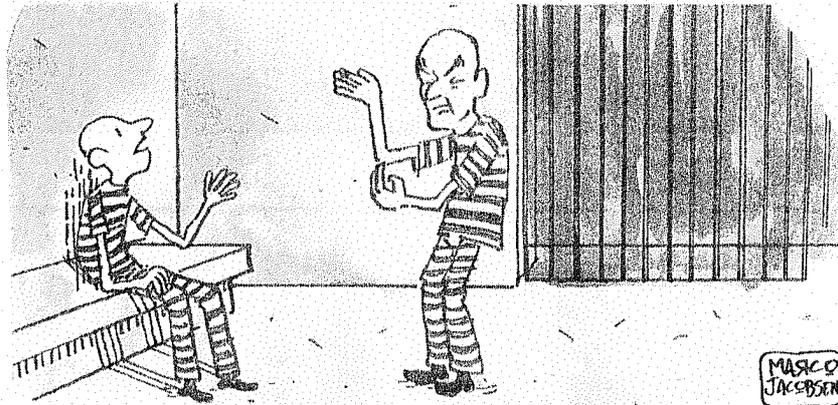
**D**uas notícias chamaram a atenção de todo o País nessa segunda-feira (30). A homologação das delações premiadas dos 77 executivos e ex-funcionários da Odebrecht pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, e a prisão do ex-bilionário Eike Batista, 60 anos, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

A decisão da presidente do STF acaba com os boatos sobre a suposta lentidão na tramitação da Lava Jato provocados após a morte do ministro Teori Zavascki, no último dia 19. Cármen Lúcia mostra que o STF dará o tratamento necessário que o caso exige, pois a Operação Lava Jato apura o maior escândalo de corrupção jamais visto no País. E pelo que se antevê, qualquer que seja o sucessor de Teori na relatoria da Lava Jato no STF, ele terá um comportamento condizente com que espera a sociedade brasileira de um membro da mais alta corte de Justiça do país. Embora continue o sigilo do processo e o conteúdo dos depoimentos ainda não seja público, as delações-bombas são temidas por centenas de políticos – inclusive no governo Michel Temer - que são citados nos depoimentos de antigos e atuais executivos da Odebrecht.

Quanto a Eike Batista, a sua prisão volta a mostrar que o Brasil parece viver sob nova égide na qual políticos e empresários corruptos que, costumavam esnoabar de “seus feitos”, não escapam mais impunes da Justiça. Depois de ser considerado em 2012 o homem mais rico do Brasil e o sétimo do mundo pela revista Forbes, com uma fortuna de 30 bilhões de dólares, Eike poderá revelar um pouco mais do mundo obscuro que envolve as licitações e os governos. E, já consciente de sua importância, ainda em Nova York elogiou a força-tarefa da Lava Jato afirmando que ela “está passando o Brasil a limpo”. E a nova estampa do ex-multimilionário no presídio de Bangu 9, de cabelo raspado e roupa de presidiário, dá esperanças de que finalmente o artigo 5º da Constituição Federal seja realidade de fato e a que lei não puna apenas os mais fracos social e economicamente.

31 JAN 2017

## FOLHA DE LONDRINA



- O crime não compensa, Eike!  
- Cara, agora nem o meu cheque compensa!!!

31 JAN 2017

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### **Linha sucessória**

O Supremo Tribunal Federal retoma nesta quarta (1º) o julgamento sobre a possibilidade de um réu em ação penal estar na linha sucessória da Presidência. A ação foi incluída na pauta nessa segunda (30). O processo estava em julgamento em novembro, mas o ministro Dias Toffoli pediu vista - ou seja, mais tempo para analisar o caso. Será o primeiro dia de trabalho do STF em 2017. O recesso do Judiciário termina nesta terça (31).

### **Pressão contra Maia**

Quatro candidatos à presidência da Câmara - os deputados Jovair Arantes (PTB-GO), Rogério Rosso (PSD-DF), André Figueiredo (PDT-CE) e Júlio Delgado (PSB-MG) - entraram nessa segunda-feira (30) com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo que o STF conceda uma liminar para impedir a Mesa Diretora da Câmara de registrar a candidatura do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) a um novo mandato como presidente da Casa e que o Supremo suspenda a realização da eleição para os cargos de diretoria da Câmara "até que a Corte se pronuncie definitivamente sobre a questão".

### **Suspensão da posse**

Os deputados também pedem, no mandado de segurança 34602, que, caso o presidente da Câmara registre candidatura e venha a ser eleito, o STF determine a suspensão da posse do parlamentar até uma posição definitiva ser tomada pela Corte sobre a matéria. Os deputados afirmam, no pedido, que "há violação da Constituição Federal na almejada recondução de Rodrigo Maia ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados na eleição de 2 de fevereiro".

# GAZETA DO POVO 31 JAN 2017

## *Senso de responsabilidade*

**A** presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, agiu com a responsabilidade que o momento exige. Com a morte de Teori Zavascki, relator dos processos da Lava Jato que envolvem detentores de foro privilegiado, Cármen Lúcia pediu à equipe de Zavascki que terminasse o trabalho em curso, envolvendo as quase 80 delações premiadas de executivos da empreiteira Odebrecht, e homologou todas elas nesta segunda-feira.

A decisão estava dentro das prerrogativas que o regimento do STF reserva ao presidente da corte. Até esta terça-feira, o Judiciário está em recesso, e o artigo 13, VIII do regimento permite ao presidente “decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias”. Se Cármen Lúcia esperasse apenas mais alguns dias, a homologação teria de esperar até a definição do novo relator, privando o Ministério Público Federal da possibilidade de começar a trabalhar desde já com as informações dadas pelos executivos.

O conteúdo dessas delações é temido pela quantidade de políticos citados pelos executivos — fala-se em centenas deles, no Executivo e no Legislativo. Mas o potencial das informações é ainda maior e mais duradouro: elas podem mostrar com nitidez

nunca vista como se processa, no Brasil, a simbiose criminosa entre setor público e iniciativa privada: para prosperar, empresários, em vez de encerrar a competição e promover a inovação para permanecer no mercado, se encostam em governos amigos; por sua vez, ao se considerarem os grandes protagonistas do crescimento econômico, os governos dão aos que deles fazem parte a oportunidade de enriquecimento pessoal e partidário por meio do oferecimento de facilidades a esses mesmos empresários. É o mesmo roteiro que está colocando na prisão Eike Batista, aquele que talvez seja o exemplo mais perfeito de “empresário amigo de governo”.

Mas todo esse cenário ainda pode demorar um pouco para ser conhecido com toda a sua riqueza de detalhes: ao

homologar as delações, Cármen Lúcia optou por manter o sigilo sobre seu conteúdo. Nisso, ela segue a prática adotada pelo próprio Teori Zavascki, baseada na lei sobre delações premiadas (12.850/2013), que diz, em seu artigo 7.º, que “o acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia”, o que depende do MPF. O procurador-geral da República, no entanto, pode pedir a liberação do conteúdo das delações antes do oferecimento das denúncias.

Embora haja boas razões para se manter o sigilo até que a PGR ofereça denúncia contra políticos detentores de foro privilegiado, a divulgação formal do conteúdo das delações ofereceria algumas vantagens. Ao colocar um fim nas suposições, especulações e boatos, permitiria separar definitivamente o joio do trigo no que diz respeito aos políticos citados, alguns dos quais receberam doações de campanha de forma perfeitamente legal (e não necessariamente agiram em favor da Odebrecht, como mostra a delação vazada de Cláudio Melo Filho) enquanto outros, sim, estão envolvidos com caixa dois — uma informação muito útil ao eleitor que precisa estar de olho em como deputados e senadores estão votando projetos de lei como o de abuso de autoridade e as Dez Medidas Contra a Corrupção, ambos em tramitação no Congresso. E, com a publicação dos conteúdos, haveria um ponto final na possibilidade de vazamentos, sempre sujeitos à exploração política.

Se a PGR efetivamente solicitar o fim do sigilo, é mais provável que o pedido seja analisado apenas quando a Lava Jato tiver um novo relator no Supremo. E aqui está o próximo desafio de Cármen Lúcia: com o presidente Michel Temer dando a entender que só nomeará alguém para a vaga de Zavascki após a definição do relator, a presidente do STF não pode demorar demais para definir quem conduzirá os processos daqui em diante. Do contrário, de pouco terá adiantado acelerar a homologação das delações.

**Embora haja boas razões para se manter o sigilo das delações, sua divulgação também teria vantagens**

# GAZETA DO POVO

## STF homologa delações da Odebrecht e protege Lava Jato de atrasos

31 JAN 2017

Cármem Lúcia passou o fim de semana estudando as delações: homologação atende a pedido de urgência do procurador Rodrigo Janot.

Cármem Lúcia remete depoimentos de executivos a Janot e frustra a expectativa de políticos que torciam pela lentidão da retomada das investigações

*Fernando Martins  
e Kelli Kadanus*

● Se havia qualquer receio de que a “delação do fim do mundo” fosse atrasar por causa da morte do ministro Teori Zavascki, isso foi desfeito ontem. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, tratou de proteger o andamento da Operação Lava Jato ao homologar as colaborações premiadas de 77 executivos da empreiteira, garantindo a continuidade das investigações sobre a empreiteira. Cármem Lúcia foi até mais rápida que Teori, morto em um acidente aéreo no último dia 19 — ele esperava concluir essa etapa do trabalho na primeira quinzena de fevereiro.

A homologação tão rápida frustrou as expectativas de políticos que esperavam ganhar tempo. Mas a presidente do STF decretou o sigilo

dos depoimentos, medida que os beneficia e deixa o governo Temer na posição de credor de Cármem Lúcia. O conteúdo das delações tem potencial para reacender a crise política quando se tornar público.

### Novo relator

A decisão de levantar o sigilo deverá ficar para o substituto de Teori na relatoria da Lava Jato no STF. A escolha do novo relator deve ocorrer ainda nesta semana. Seja quem for, ele terá, em tese, um peso a menos nas costas por causa da decisão de Cármem Lúcia. Se o novo relator viesse a atrasar a homologação das delações, iria ser cobrado publicamente.

Apesar disso, a agilidade com que a presidente da Corte imprimiu ao caso vai colocá-lo diante da inevitável comparação caso seja lento demais na condução da investigação da Odebrecht. Fechada a etapa da homologação, ao relator caberá autorizar as diligências solicitadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que passa a investigar o conteúdo dos depoimentos.

Além das investigações referentes à Odebrecht, o novo relator também será responsável por todas as demais inquéritos e processos da Lava Jato que estão

no STF. Nesses casos, a tendência é que haja atrasos, pois o substituto terá de tomar ciência de tudo o que já havia sido feito até agora por Teori.

O novo relator deverá ser escolhido entre os ministros da Segunda Turma do STF, da qual Teori fazia parte e que era responsável por julgar os processos da operação. Fazem parte da turma Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. Além disso, na vaga deixada por Teori, deverá ser remanejado um ministro da Primeira Turma, composta por Marco Aurélio Mello, Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin.

Uma vez devolvidos os processos à PGR, e sem que o STF tenha retirado o segredo de justiça, cabe ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, realizar um novo pedido, se quiser que a Corte torne públicos os conteúdos das delações dos 77 executivos, entre eles a do ex-presidente Marcelo Odebrecht. A PGR não informa se vai ou não pedir a retirada do sigilo.

**CONTINUA**

31 JAN 2017

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### REAÇÃO DO PRESIDENTE

#### Temer afirma que ministra fez certo, mas torcia por atraso

Publicamente, o presidente Michel Temer afirmou que a presidente do STF, Cármen Lúcia, fez o certo ao homologar as delações da Odebrecht. Mas, nos bastidores, a torcida do Planalto e do Congresso era para que ela não tivesse tomado essa decisão. Ministro da Casa Civil e um dos homens de confiança de Temer, Eliseu Padilha havia demonstrado sua expectativa apenas um dia após o acidente que matou o magistrado. "A morte [de Teori], por certo, vai fazer com que a gente tenha, em relação à Lava Jato, um pouco mais de tempo agora para que as chamadas delações sejam homologadas ou não". As delações citam dezenas de políticos – incluindo o próprio Temer, ministros e aliados importantes no Congresso. O potencial de estrago no governo é imenso num momento em que Temer quer aprovar reformas no Parlamento. Ao menos nesse ponto, Cármen Lúcia virou credora do Planalto. Ela manteve o sigilo dos depoimentos e, com isso, garantiu alguma tranquilidade política a Temer. "A paralisia decisória viria com a publicidade total dos depoimentos", avalia o cientista político Mário Sérgio Lepre, professor da PUCPR.

### DELAÇÃO-BOMBA

#### Homologação deve dobrar o volume de trabalho na Lava Jato

A Lava Jato deve tomar uma proporção ainda maior ao longo do ano com a homologação dos acordos de executivos da Odebrecht. Isso porque, apesar do sigilo sob o conteúdo, os cerca de 900 depoimentos podem ser utilizados para abertura de investigações, pedidos de quebras de sigilo e deflagração de novas fases da operação. A Procuradoria-Geral da República agora vai analisar o conteúdo e tomar as próximas providências. Parte dos depoimentos pode ser remetida à força-tarefa de Curitiba – se envolverem crimes relacionados à Petrobras e pessoas que não tenham prerrogativa de foro – e outros estados. Em dezembro, os depoimentos do ex-diretor Claudio Melo Filho vazaram e abalaram Brasília, com a citação de 48 políticos, muitos do altíssimo escalão da República. Planilha apreendida com o presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Barbosa Silva Júnior, outro delator, mostra doações da empresa a cerca de 200 políticos de 24 partidos. A soma dos valores relacionados aos políticos somaria R\$ 55,1 milhões. (KK)

## LINHA SUCESSÓRIA

A ação que discute se réus podem fazer parte da linha sucessória da presidência da República será julgada amanhã, na primeira sessão do ano no STF. O julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental 402, de autoria da Rede Sustentabilidade, havia sido iniciado em novembro, mas acabou interrompido por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. A pauta de julgamento foi alterada para retirar processos que eram relatados por Teori Zavascki.

31 JAN 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



31 JAN 2017

# GAZETA DO POVO

## **Tribunal Regional manda para Moro ação contra Cunha por propina de US\$ 40 mi**

● O desembargador Paulo Espírito Santo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, determinou no dia 25 de janeiro a remessa da ação penal contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e a ex-prefeita de Rio Bonito (RJ) Solange Almeida (PMDB) para o juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato em primeira instância, em Curitiba.

A decisão acata o pedido da procuradora regional da República Mônica de Ré, que solicitou a transferência do caso para a primeira instância após Solange não ser reeleita para mais um mandato de prefeita em Rio Bonito e, conseqüentemente, perder o foro privilegiado. Na ação, ela é acusada de ter atuado a mando do ex-deputado Cunha para pressionar por meio de um requerimento na Câmara uma empresa que não estava pagando a propina solicitada pelo peemedebista.

## **COLUNA DO LEITOR**

### **STF**

Concordo com o editorial da **Gazeta do Povo** (28/1) sobre o novo ministro do STF. Constituição democraticamente feita, como a brasileira, deve sempre servir de norte ao Supremo. Interpretações contra o seu texto acabam por "quebrar a bússola", deixando-nos perdidos. Faço votos de que o ministro que vier a ser escolhido tenha aguda consciência disso.

**Silvio Vericundo Dias**

31 JAN 2017

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



O desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, presidente do TRE-PR (à dir.), participou da entrega dos prêmios de Boas Práticas Eleitorais, ontem, no tribunal. Com ele, os premiados na categoria Comunicação: José Augusto Araújo de Noronha, presidente da OAB-PR (à esq.), Edson Luiz Campagnolo, presidente do Sistema FIEP, e Maria Elsa de Almeida Passos, conselheira do GRPCom, que recebeu o prêmio em nome da Gazeta do Povo.

31 JAN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Aroldo Murá

#### AUXÍLIO-MORADIA NA BERLINDA

Até mesmo a Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp) ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra o auxílio-moradia de procuradores e promotores, hoje fixado em R\$ 4,5 mil.

Ansemp alega que a ajuda de custo descaracteriza o caráter indenizatório e incorpora-a ao salário sem a devida comprovação de gastos com residência.

## BEMPARANÁ

### STJ nega recurso a ex-governador Sérgio Cabral

O presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, negou o habeas corpus impetrado pela defesa do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB). No recurso, a defesa de alegou que a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) de negar a liberdade e a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão não estaria devidamente fundamentada. A defesa sustentou, também, que não haveria elementos para a manutenção da prisão do ex-governador.

Segundo a assessoria do STJ, Martins negou o pedido, concluindo não haver vícios na decisão. "O decreto de prisão encontra-se devidamente fundamentado, de modo que o caso em análise não está entre as hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência", enfatizou. Para ministro, não se

está diante de situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade, que possa ser sanada por uma análise sem profundidade. A decisão deve acelerar ainda mais a procura de Cabral por acordo de delação.

31 JAN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Eike atrás das grades

**A**pontado até bem pouco tempo atrás como um dos homens mais ricos do mundo, o ex-bilionário brasileiro Eike Batista passou ontem a ser mais um encarcerado recolhido ao Complexo Penitenciário de Bangu, no Rio de Janeiro. Eike foi preso pela Polícia Federal assim que desembarcou no Aeroporto do Galeão, vindo de Nova York, por suposto envolvimento

com um esquema de lavagem de dinheiro investigado pela Operação Lava Jato.

Ao deixar o presídio Ary Franco para ser transferido a Bangu 9, Eike estava com a cabeça raspada e vestia o uniforme de presidiário, composto de camiseta branca e calça jeans. Por não ter curso superior, o empresário foi "transferido para uma unidade de

fil", segundo as autoridades penitenciárias do Rio. Isso significa que Eike já está dividindo uma cela comum com outros presos, sem ter direito a nenhuma regalia.

É uma mudança brusca de realidade para quem estava acostumado a ser tratado como "rei". E mais uma prova de que, após o início da Operação Lava Jato, não há mais "intocá-

veis" na cena política e empresarial brasileira. Até algum tempo atrás, Eike e outros poderosos, quando eram alcançados pelo braço forte da Justiça no Brasil, sempre viam a possibilidade de "conversar" e "chegar a um acordo". Agora, a única conversa que resta é encarar os juizes, promotores e procuradores para confessar seus crimes e pagar pelos malfeitos. ●

31 JAN 2017  
JORNAL DO ÔNIBUS

## Delações da Odebrecht são homologadas pelo STF

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia (foto), homologou ontem as delações de 77 executivos e ex-funcionários da empresa Odebrecht, nas quais eles detalham o esquema de corrupção na Petrobras investigado na Operação Lava Jato. Com isso, os mais de 800 depoimentos prestados pelos executivos e ex-funcionários da Odebrecht ao Ministério Público Federal (MPF) se tornaram válidos juridicamente, isto é,



podem ser utilizados como prova.

A expectativa agora é saber se Cármen Lúcia irá retirar o sigilo das delações, nas quais os ex-executivos citam dezenas de políticos com mandato em curso como envolvidos no pagamento de propinas. Entre os delatores está o ex-presidente do grupo, Marcelo Odebrecht, que está preso desde 2015 em Curitiba e já foi condenado a 19 anos de prisão pela primeira instância da Justiça Federal. ■

## TRIBUNA DO PARANÁ

### DELAÇÕES HOMOLOGADAS

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, homologou as 77 delações de executivos e ex-executivos da Odebrecht na manhã de ontem, no penúltimo dia do recesso judiciário, sem remover o sigilo do material. A decisão sinaliza à opinião pública que o Supremo não deve retardar as investigações sobre a Operação Lava Jato. A partir de agora, as informações colhidas junto aos

delatores passam a ter validade jurídica e podem ser utilizadas pela força-tarefa da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal nas investigações em curso e em novos possíveis inquéritos. A decisão de Cármen Lúcia foi tomada uma semana após a ministra autorizar a continuidade do trabalho da equipe do ministro Teori Zavascki, morto no dia 19, que já tinha agendado audiências sexta-feira. No mesmo

dia, o juiz-auxiliar Márcio Schiefler, braço direito de Teori na condução dos processos Lava Jato, entregou todos os documentos a Cármen. A ministra passou o fim de semana debruçada sobre o material, em comunicação com a equipe de Teori. Antes do acidente aéreo, Cármen Lúcia vinha mantendo estreito contato com Teori, principalmente, no período de plantão do STF. Cármen acompanhava as delações. (EC)

### Sigilo

**A** decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia de manter o sigilo dos depoimentos dos executivos da Odebrecht mesmo depois de homologar os acordos de colaboração premiada pode beneficiar o governo do presidente Michel Temer (PMDB). Sem a divulgação dos depoimentos, o governo deve ter uma certa tranquilidade política para aprovar reformas que estão em tramitação no Congresso, como a da Previdência e a trabalhista. Os 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht prestaram mais de 900 depoimentos para a celebração do acordo e a estimativa é de que cerca de 300 políticos, de diversos partidos, tenham sido citados de alguma forma.

# O ESTADO DE S. PAULO

RUBENS GLEZER

Supremo entre  
a ruína e a glória

31 JAN 2017

A homologação urgente da delação da Odebrecht pela ministra Cármen Lúcia trouxe à tona sentimentos ambíguos por parte da opinião pública. De um lado, a ministra foi louvada por ter procedido à homologação, mas de outro foi duramente criticada por manter o sigilo. A intensidade e ambiguidade dessas manifestações dizem mais sobre a percepção popular do que sobre o Supremo, mas ao final repercute na força que o tribunal terá daqui em diante.

Do ponto de vista jurídico a situação é razoavelmente simples. O presidente do STF tem o poder regular de decidir sobre qualquer questão urgente nas férias forenses, se houver pedido para tanto (tal como fez o MPF). Já o sigilo das delações, por força de lei, deve ser mantido, via de regra, até que sejam iniciadas as respectivas ações penais, para não prejudicar investigações.

Do ponto de vista político, aparentemente, a ministra constatou a urgência e relevância da homologação do acordo para impedir que ele não fosse homologado no futuro pelo novo relator do processo. É verdade que juridicamente o novo relator poderia anular a homologação e decidir o contrário, mas politicamente o quadro improvavelmente será revertido.

Há quem veja na postura da ministra um anseio por atender a demandas populares. Contudo, se fosse este o caso, ela poderia também ter levantado o sigilo das investigações; mas não foi esse o caso.

Aliás, a ministra sofreu fortes críticas pela manutenção do sigilo. Perante a percepção popular, foi criticada com a suspeita de manter o sigilo para proteger seus “amigos” da política e permitir a destruição de seus “inimigos” por meio de vazamentos seletivos de trechos da delação à imprensa.

O curioso é que os louvores e críticas à ministra omitiram quase absolutamente o seu papel de intérprete e aplicadora do direito vigente. No discurso popular, a ministra deixou de ser vista como juíza para ser tratada integralmente como política.

Nesse contexto, o episódio estabelece um marco importante da imagem do Supremo perante a opinião pública. Em primeiro lugar, o tribunal parece ter se consolidado no imaginário como um órgão tão político quanto o Congresso e o Palácio do Planalto. Em segundo, a recente lua de mel do Supremo com a opinião pública pode estar com os dias contados. Nos dois casos, esse movimento decorre da ação dos próprios ministros do Supremo. Com isso, a era dos heróis togados pode ter iniciado sua derrocada. Com sorte a força das instituições terá se recuperado antes que esse dia chegue.

31 JAN 2017  
O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### High anxiety

Ao que tudo indica, a maneira com que **Teori Zavascki** lidava com as delações premiadas negociadas com o MPF não é a mesma de **Cármen Lúcia**.

O ministro entendia que, selado o acordo com o Ministério Público, já podia deliberar o início de cumprimento de pena na homologação.

### Paciência

**Cármen Lúcia** preferiu seguir o rito normal: encaminhar os processos à PGR para a devida análise e decisão sobre abertura de inquérito. Só depois disso é que a papelada volta para o STF.

A assessoria da PGR informa que não há prazo para que isso aconteça.

### Pausa

Assim sendo, os 77 delatores da Odebrecht não têm como saber quando começam a cumprir pena conforme acertado com o MPF.

### Ajuda

Na sua maratona do fim de semana, **Cármen Lúcia** contou com a ajuda de dois assistentes para homologação das delações da Odebrecht.

### Pauta diferente

Os oito processos relatados por **Teori** retirados da pauta do STF não vão interferir no socorro do governo do Rio. O pedido de tutela de urgência está com o ministro plantonista que é... **Cármen Lúcia**.

Ela tem prazo hoje para decidir. Caso não acate, a ação vai para a relatoria de **Luís Fux**.